



AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – SP REGULA

CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (ÁREA V – INFRAESTRUTURA)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números **01** e **02**.



(Bill Waterson. *O melhor de Calvin*. www.estadao.com.br, 13.09.2023)

- 01.** Diante da explanação e questionamentos feitos pelo pai e da reação do filho no último quadro, é correto afirmar que
- (A) o pai tenta persuadir o filho a sair de casa, o que, para ele, corresponde a uma forma autêntica de lazer.
 - (B) o comercial na TV é algo importante para o garoto, e por isso ele discute com o pai quando é colocado para fora.
 - (C) o trabalho, para o pai do garoto, é algo que precisa ser enaltecido, tendo em vista que o lazer está ocupando demais a vida das pessoas.
 - (D) o garoto não consegue entender como seu pai pode exigir que ele, como criança, trabalhe como um adulto.
 - (E) o lazer, para o pai, deve também compreender momentos que possam parecer entediantes, como o do comercial na TV.
- 02.** No que diz respeito à correspondência das formas verbais e à colocação pronominal, está em conformidade com a norma-padrão e com o que se afirma no último quadro da tira a frase:
- (A) Na hipótese de estarmos na dependência do papai, o trabalho e o lazer flagrantemente igualariam-se em ser perversos.
 - (B) Caso o andamento das coisas estivesse no controle do papai, o lazer e o trabalho se equivaleriam em termos de qualidade baixa.
 - (C) São desfavoráveis tanto o trabalho quanto o lazer, na condição de situações que decidem-se pelo que papai considera melhor.
 - (D) Se necessita-se da tomada de decisão do papai, o trabalho e o lazer seriam equivalentes quanto à nocividade.
 - (E) Quando estiver nas mãos do papai decidir algo, terá-se o mesmo nível precário de trabalho e lazer.

Leia o texto para responder às questões de números **03** a **06**.

Quando não está em um laboratório, envolvida em pesquisas sobre a resposta do sistema imune à leptospirose, a biomédica Lourdes Isaac está tecendo colchas e tapetes, cuidando do jardim ou cozinhando. Ela explica que essas atividades lhe permitem se desligar da rotina estressante na universidade. “Muitas vezes nossos objetivos de estudo são abstratos ou podem demorar para se concretizar. Com a tecelagem, após alguns dias, um emaranhado de fios lineares se transforma em um tecido com textura e cores que não existiam, o que é bastante gratificante”, diz Lourdes.

No início, ela conta que se sentia culpada por ter interesses não relacionados à prática científica. Com o tempo, percebeu que poderia encaixá-los em sua rotina. Como Lourdes, muitos cientistas têm dificuldade de se afastar das demandas envolvendo as atividades de docência e pesquisa e investir em interesses pessoais. Em média, os pesquisadores chegam a trabalhar 80 horas por semana, sem pausa nos fins de semana e feriados. A conclusão é de um levantamento feito pela revista *Nature* em 2016. No entanto, nos últimos anos, estudos apresentaram evidências indicando que a busca por satisfação em atividades de lazer praticadas regularmente pode ser uma forma de aliviar o estresse mental, melhorar o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, aumentar a produtividade e aprimorar a capacidade criativa dos pesquisadores, auxiliando-os no desenvolvimento de soluções inovadoras para suas investigações.

Outro estudo, publicado quatro anos antes, constatou que os ganhadores do prêmio Nobel são quase duas vezes mais propensos a ter passatempos relacionados às artes ou a trabalhos manuais do que outros integrantes da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos ou da Royal Society, do Reino Unido. O estudo tomou como base dados publicados em autobiografias, biografias e obituários dos pesquisadores. “Forçar o cérebro a desempenhar atividades não relacionadas às tarefas de pesquisa pode contribuir para ampliar a flexibilidade cognitiva”, afirmou à *Nature* o psicólogo Dean Simonton.

(Rodrigo de Oliveira Andrade. *Ócio criativo*.
<https://revistapesquisa.fapesp.br>, ago. 2018. Adaptado)

03. Com relação às informações apresentadas no texto sobre a ocupação de pesquisadores no tempo livre, é correto afirmar que

- (A) o estresse proveniente desse tipo de trabalho pode ser mitigado se atividades recreativas forem desenvolvidas com certa assiduidade.
- (B) a tecelagem se mostrou como uma metáfora útil para Lourdes compreender uma questão científica que se mostrava aparentemente sem solução.
- (C) cientistas escolheram uma carreira que naturalmente os leva a ter como passatempo atividades que os auxiliam posteriormente no trabalho.
- (D) a dificuldade de muitos desses profissionais de fazer algo prazeroso reside no fato de que momentos de ócio comprometem o tempo que deveriam estar pesquisando.
- (E) entrevistas contribuíram para determinar que cientistas vencedores do prêmio Nobel tinham inclinações para *hobbies* não relacionados a suas áreas de atuação.

04. Considere os trechos:

... **aprimorar** a capacidade criativa dos pesquisadores...
(2º parágrafo)

... os ganhadores do prêmio Nobel são quase duas vezes mais **propensos** a ter passatempos... (3º parágrafo)

Os vocábulos em destaque têm, no contexto em que foram empregados, como **antônimo** e **sinônimo**, respectivamente,

- (A) esmerar e inclinados.
- (B) agravar e contrários.
- (C) ratificar e afeitos.
- (D) deteriorar e sujeitos.
- (E) pormenorizar e estimulados.

05. Assinale a alternativa em que o vocábulo destacado foi empregado em sentido figurado, no contexto em que se encontra.

- (A) “Forçar o cérebro a desempenhar atividades não relacionadas às tarefas de pesquisa pode **contribuir** para ampliar a flexibilidade cognitiva”... (3º parágrafo)
- (B) Quando não está em um laboratório, envolvida em pesquisas sobre a **resposta** do sistema imune à leptospirose... (1º parágrafo)
- (C) Com a tecelagem, após alguns dias, um emaranhado de **fios** lineares se transforma em um tecido... (1º parágrafo)
- (D) No entanto, nos últimos anos, estudos apresentaram evidências indicando que a busca por satisfação em **atividades** de lazer... (2º parágrafo)
- (E) ... aliviar o estresse mental, melhorar o **equilíbrio** entre trabalho e vida pessoal, aumentar a produtividade... (2º parágrafo)

06. Ao trecho “No início, ela conta que se sentia culpada por ter interesses não relacionados à prática científica. Com o tempo, percebeu que poderia encaixá-los em sua rotina” (2º parágrafo), pode-se acrescentar uma conjunção de modo que a relação entre as ideias e a correção gramatical sejam preservadas, como ocorre em:

- (A) No início, ela conta que se sentia culpada por ter interesses não relacionados à prática científica, mas, com o tempo, percebeu que poderia encaixá-los em sua rotina.
- (B) No início, ela conta que se sentia culpada por ter interesses não relacionados à prática científica, embora, com o tempo, percebeu que poderia encaixá-los em sua rotina.
- (C) No início, ela conta que se sentia culpada por ter interesses não relacionados à prática científica, pois, com o tempo, percebeu que poderia encaixá-los em sua rotina.
- (D) No início, ela conta que se sentia culpada por ter interesses não relacionados à prática científica, porque, com o tempo, percebeu que poderia encaixá-los em sua rotina.
- (E) No início, ela conta que se sentia culpada por ter interesses não relacionados à prática científica, assim, com o tempo, percebeu que poderia encaixá-los em sua rotina.

07. A norma-padrão de emprego da vírgula e de concordância verbal e nominal está preservada na frase:

- (A) Destaca-se na ciência nomes como o de Albert Einstein, o qual, por influência da mãe, pianista, tocava violino.
- (B) Mesmo não tendo bastantes oportunidades para o lazer, precisamos conseguir um tempo mínimo para isso nas agendas.
- (C) A grande maioria dos que pesquisam, vivencia uma rotina de muitos afazeres e poucos passatempos na vida pessoal.
- (D) Permitir-se ocupar a vida com alguns prazeres é algo importante, para aqueles em cujo trabalho já há abstrações suficiente.
- (E) Muitos pesquisadores acabam decidindo não ter filhos e viver só, o que lhes possibilitam trabalhar mais.

Leia outro trecho do texto para responder às questões de números 08 e 09.

“A tecelagem me _____ avaliar com mais calma aqueles fatos recentes envolvendo minhas pesquisas”, afirma Lourdes, _____ resultados do estudo. Outro benefício da prática de atividades criativas é a possibilidade de _____ mente com uma pausa do rigor exigido em laboratório, por exemplo. Não raro, os pesquisadores também precisam lidar com questões administrativas relacionadas à coordenação e planejamento dos trabalhos em equipe. O desgaste físico e mental **resultante** pode _____ “bloqueios criativos”, quando não é possível encontrar solução para determinado problema e avançar na reflexão científica.

08. As lacunas do texto são preenchidas, correta e respectivamente, por:

- (A) ajuda ... corroborando com os ... prover à ... acarretar em
- (B) ajuda a ... corroborando os ... prover à ... acarretar
- (C) ajuda a ... corroborando os ... prover a ... acarretar
- (D) ajuda ... corroborando com os ... prover a ... acarretar em
- (E) ajuda para ... corroborando com os ... prover à ... acarretar

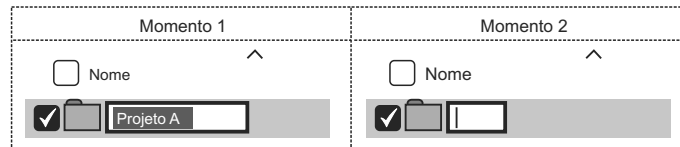
09. O vocábulo **resultante**, no contexto em que foi empregado, pertence à mesma classe de palavras que o vocábulo destacado em:

- (A) ... com uma pausa do **rigor** exigido...
- (B) ... avançar na **reflexão** científica...
- (C) Outro benefício da prática de atividades **criativas**...
- (D) ... aqueles fatos recentes **envolvendo** minhas pesquisas”...
- (E) ... os pesquisadores **também** precisam lidar...

10. Assinale a alternativa em que o vocábulo **onde** ou **aonde** foi corretamente empregado.

- (A) **Aonde** devemos começar a procurar aquilo que nos dá prazer e pode distrair nossa mente?
- (B) A cada dia, mais pessoas enfrentam bloqueios criativos, **onde** a solução é buscar uma pausa.
- (C) Muitos pensam que cientistas passam o dia num laboratório, **aonde** realizam experimentos.
- (D) Fora dos laboratórios é, muitas vezes, **onde** o cérebro dos cientistas consegue trabalhar.
- (E) Alcança-se certo limite quando a mente está cansada, **aonde** avançar é quase impossível.

11. Um usuário selecionou uma pasta no Explorador de Arquivos do Microsoft Windows 10, ambos em sua configuração original, e pressionou F2 para renomeá-la, conforme imagem a seguir destacada como momento 1, e na sequência pressionou DEL, conforme imagem destacada como momento 2.



(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

Ao pressionar ENTER com o campo do nome do arquivo em branco, sem digitar nada, o Windows irá

- (A) exibir uma mensagem de erro, uma vez que não é permitido pastas ou arquivos sem nome.
 - (B) manter o nome anterior da pasta, neste caso, Projeto A.
 - (C) deixar a pasta sem nome.
 - (D) atribuir o nome Sem título, de forma automática.
 - (E) eliminar a pasta.
12. Tem-se o seguinte documento, editado no Microsoft Word 2016, em sua configuração padrão, com um texto em negrito, itálico e sublinhado, e com o cursor ao final da última palavra.



(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

Um usuário executou os seguintes passos:

- I. Pressionou ENTER.
- II. Digitou uma palavra.
- III. Apagou essa palavra usando a tecla BACKSPACE e pressionou BACKSPACE uma vez mais posicionando o cursor novamente no final da primeira linha.
- IV. Pressionou ENTER.
- V. Clicou no ícone Itálico.
- VI. Digitou a palavra Públicos.
- VII. Pressionou ENTER.
- VIII. Clicou nos ícones Negrito e Sublinhado.
- IX. Digitou São Paulo.

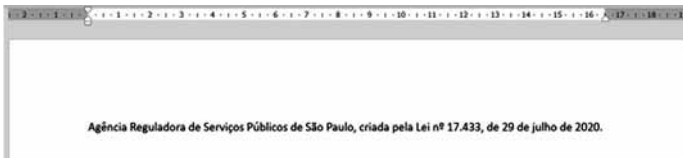
Assinale a alternativa que indica corretamente como será a formatação da palavra São Paulo.

- (A) Sem formatação.
- (B) Itálico, apenas.
- (C) Negrito, sublinhado e itálico.
- (D) Negrito, apenas.
- (E) Negrito e sublinhado, apenas.

13. Assinale a alternativa que indica corretamente situações em que o conteúdo é enviado para a Lixeira do Microsoft Windows 10, em sua configuração original.

- (A) Um arquivo apagado através da tecla DEL e uma pasta vazia apagada através das teclas SHIFT+DEL.
- (B) Um atalho recortado através das teclas CTRL+X e um programa desinstalado através do Painel de Controle.
- (C) Um arquivo apagado através da tecla DEL e uma pasta com subpastas apagada através da tecla DEL.
- (D) Um arquivo apagado através da tecla DEL e um programa desinstalado através do Painel de Controle.
- (E) Uma pasta vazia apagada através das teclas SHIFT+DEL e um atalho recortado, através das teclas CTRL+X.

14. Tem-se o seguinte documento, criado no Microsoft Word 2016, em sua configuração original.



(Arquivo pessoal, imagem usada com autorização)

Qualquer caractere que for digitado ao final da linha irá causar uma quebra de linha, deixando o texto em 2 linhas, exceto se o usuário

- (A) adicionar um marcador numérico na linha.
- (B) centralizar o texto da linha.
- (C) formatar a linha toda em negrito.
- (D) configurar o documento para 2 colunas.
- (E) alterar a orientação da página de retrato para paisagem.

15. Usando o Microsoft Excel 2016 em sua configuração padrão, assinale a alternativa que contém a fórmula correta, que foi inserida na célula A5, para recuperar a quantidade de vezes em que o maior número do intervalo entre A1 e C3 aparece, conforme imagem a seguir.

	A	B	C
1	6	14	14
2	1	5	14
3	10	13	8
4			
5	3		

(Arquivo pessoal, imagem usada com autorização)

- (A) =CONT.SE(A1:C3; MAIOR(A1:C3;1))
- (B) =CONT.SE(A1:C3; MÁXIMO)
- (C) =MAIOR(A1:C3; CONT.NÚM(A1:C3))
- (D) =MÁXIMO(A1:C3; CONT.NÚM(A1:C3))
- (E) =CONT.NÚM(A1:C3; MÁXIMO(A1:C3))

16. No Microsoft Excel 2016, em sua configuração original, quando um usuário seleciona um intervalo de dados e clica no ícone Ordenar, do grupo Ordenar e Filtrar, da guia Dados, a janela Classificar é exibida, conforme imagem a seguir.



(Arquivo pessoal, imagem usada com autorização)

Se o usuário marcar a caixa de seleção Meus dados contém cabeçalhos, isso significa que o Excel irá

- (A) destacar a primeira linha dos dados com fundo cinza e fonte de letra em negrito, indicando assim que ela é o cabeçalho.
- (B) imprimir a primeira linha dos dados em todas as páginas.
- (C) aplicar um filtro automático aos dados, permitindo ao usuário filtrar os dados que serão ou não classificados.
- (D) desconsiderar a primeira linha dos dados para a ordenação, ordenando a partir da segunda linha.
- (E) agrupar os dados no final da classificação, com base no conteúdo da primeira linha do intervalo de dados.

17. Tem-se uma apresentação criada no Microsoft PowerPoint 2016, em sua configuração original, com 6 slides, sendo:

Slide 1: oculto, sem transição, sem AutoFormas com animação

Slide 2: não oculto, configurado com transição, contém AutoFormas com animação

Slide 3: não oculto, sem transição, contém AutoFormas com animação

Slide 4: contém um botão de ação

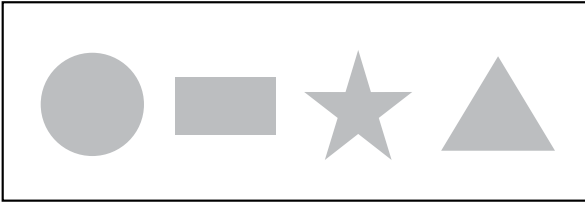
Slide 5: oculto, configurado com transição, contém AutoFormas com animação

Slide 6: não oculto, configurado com transição, contém AutoFormas com animação

Assinale a alternativa que indica corretamente para qual(is) slide(s) o botão de ação do slide 4 pode ser configurado com a ação *hiperlink para*, sem considerar o próprio slide 4.


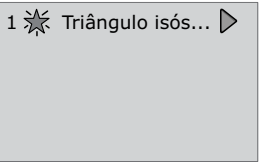
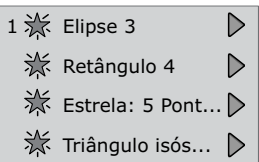
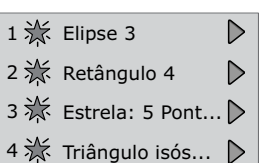
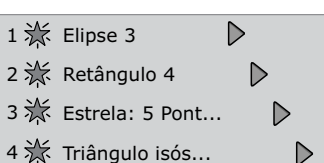
- (A) Slides 1, 2, 3, 5, e 6.
- (B) Slide 6, apenas.
- (C) Slides 2 e 3, apenas.
- (D) Slides 1, 2 e 3, apenas.
- (E) Slides 2, 3 e 6, apenas.

18. Tem-se uma apresentação com 1 slide, criada no Microsoft PowerPoint 2016, em sua configuração padrão, em que um usuário adicionou 4 AutoFormas, conforme imagem a seguir.



(Arquivo pessoal, imagem usada com autorização)

O usuário selecionou o círculo com o botão primário do mouse. Pressionando, e mantendo pressionada, a tecla CTRL, o usuário selecionou em seguida ainda com o botão primário do mouse, nesta ordem, o retângulo, a estrela e o triângulo. Soltando finalmente a tecla CTRL, o usuário clicou na aba Animações e clicou na animação de entrada Aparecer. Assinale a alternativa que indica corretamente como as animações foram configuradas, considerando que o círculo é mostrado no Painel de Animação com o nome de Elipse 3, o retângulo com o nome de Retângulo 4, a estrela com o nome de Estrela: 5 Pont... e o triângulo com o nome de Triângulo isós...

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 
- (E) 

19. Tem-se a mensagem de correio eletrônico a seguir.

De: Andrea

Para: Fabio, Claudio

Cc: Monica

Cco: Lucia, Renato, Alexandre

Considerando que a mensagem foi enviada e recebida com sucesso, e que todos os usuários utilizam o serviço de e-mail Gmail, em sua configuração padrão, assinale a alternativa que indica corretamente quem sabe que Lucia, Renato e Alexandre receberam a mensagem.

- (A) Andrea, Fabio e Claudio, apenas.
- (B) Andrea, Lucia, Renato e Alexandre, apenas.
- (C) Andrea, Fabio, Claudio e Monica, apenas.
- (D) Andrea, Fabio, Claudio, Monica, Lucia, Renato e Alexandre.
- (E) Andrea, apenas.
20. João organizou uma reunião virtual através do Google Meet, em sua configuração padrão, e convidou Ricardo, Maria, Joana e Claudia, todos com suas contas pessoais. João é o moderador. Ricardo está com a mão levantada. Maria está compartilhando a sua tela. Joana está com o som de seu microfone desativado. Claudia, no entanto, está com seu microfone aberto e com um ruído alto ao fundo. Assim, assinale a alternativa que apresenta quem pode desativar, de forma arbitrária, o microfone de Claudia, exceto ela mesma.
- (A) Maria e Joana, apenas.
- (B) João, apenas.
- (C) João e Maria, apenas.
- (D) Maria, apenas.
- (E) João e Ricardo, apenas.

21. Para que haja participação social no controle dos gastos públicos, transparência e prestação de contas são fundamentais. Nesse contexto, por meio da publicação do Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas pelo poder público, a sociedade pode acompanhar o cumprimento do limite das despesas derivadas das parcerias público-privadas (PPPs) em relação à receita corrente líquida (RCL), os contratos de PPPs existentes e o montante a ser firmado. Dito isso, esse Demonstrativo é encontrado em um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), qual seja:
- (A) Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).
 - (B) Relatório de Gestão Fiscal (RGF).
 - (C) Plano Plurianual (PPA).
 - (D) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
 - (E) Lei Orçamentária Anual (LOA).
22. O exercício do poder de polícia de uma autarquia em regime especial municipal possibilita a instituição do seguinte tributo:
- (A) tarifa.
 - (B) multa.
 - (C) imposto.
 - (D) taxa.
 - (E) contribuição especial.
23. As demandas judiciais contra uma autarquia do município de São Paulo podem causar impacto negativo nas contas públicas. A Procuradoria Geral do Município (PGM) classifica as ações judiciais, quanto à probabilidade de perda, em “provável”, “possível” e “remoto”, além de trazer a estimativa do impacto financeiro dos passivos contingentes. Dito isso, essas informações são encontradas
- (A) na lei de diretrizes orçamentárias (LDO), no Anexo de Riscos Fiscais.
 - (B) na lei orçamentária anual (LOA), no Anexo de Riscos Fiscais.
 - (C) no plano plurianual (PPA), no Anexo de Riscos Fiscais.
 - (D) na lei de diretrizes orçamentárias (LDO), no Anexo de Metas Fiscais.
 - (E) na lei orçamentária anual (LOA), no Anexo de Metas Fiscais.
24. A SP Regula, criada pela Lei Municipal nº 17.433/2020, constitui-se como autarquia de regime especial. Configura-se como uma das características das agências reguladoras constituídas como autarquias de regime especial
- (A) o recebimento da qualificação especial por ter celebrado contrato de gestão diretamente com a Prefeitura.
 - (B) a subordinação direta ao Gabinete do Prefeito, sem intermediação das Secretarias Municipais ou de quaisquer outras entidades da Administração Indireta.
 - (C) a apresentação de um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional como condição do recebimento do *status* de especial.
 - (D) a impossibilidade de extinção, possuindo prazo de duração indeterminado.
 - (E) a maior autonomia administrativa, técnica ou financeira em comparação com as autarquias comuns.
25. A realização do presente concurso público destina-se a selecionar 150 empregados públicos, que atuarão nas carreiras de Analista de Regulação de Serviços Públicos, Fiscal de Serviços Públicos Municipais e Técnico em Fiscalização de Serviços Públicos. Nesse sentido, ao serem empossados, esses agentes públicos serão
- (A) estatutários, ocupantes de cargo público, pois terão estabilidade funcional e só poderão ser demitidos por processo administrativo disciplinar (PAD), excesso de quadros ou insuficiência de desempenho.
 - (B) regidos pelo regime especial, podendo usufruir de estabilidade, 13º salário, férias, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, entre outros direitos trabalhistas.
 - (C) celetistas, sem direito à licença-prêmio, ou seja, três meses de licença a cada cinco anos de efetivo exercício profissional como prêmio por assiduidade.
 - (D) agentes por colaboração, pois trabalharão diretamente com concessionários e permissionários nos serviços de iluminação pública e semáforos, coleta de resíduos sólidos, serviço funerário e cemiterial e mercados municipais.
 - (E) agentes necessários que, ao contrário dos agentes putativos, desempenham atividade pública de forma legítima, pois a investidura ocorreu dentro do procedimento legalmente exigido.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

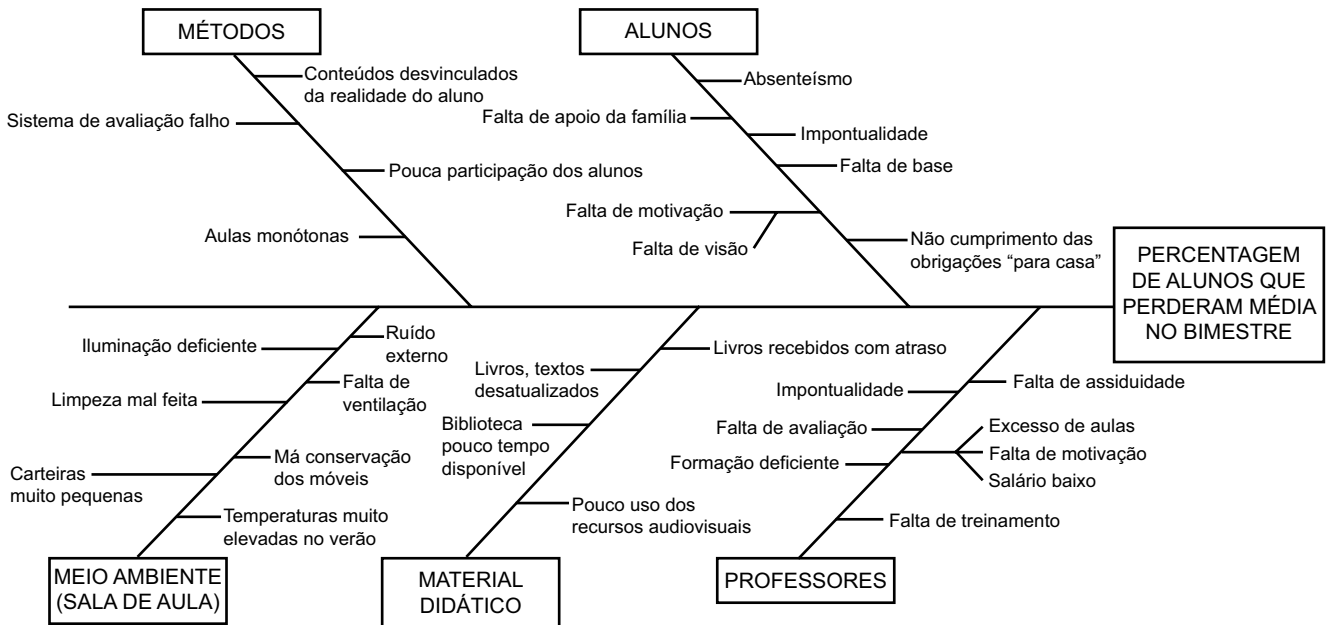
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA

26. A Câmara Municipal de São Paulo criou regularmente uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para apuração de determinado fato. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei Orgânica do Município de São Paulo, é correto afirmar que a CPI detém, entre outros, poderes expressos para
- (A) decretar quebra do sigilo das comunicações telefônicas do investigado; e determinar medidas assecuratórias de interesse da investigação, como a decretação de indisponibilidade de bens do acusado.
 - (B) convocar os Secretários Municipais, os responsáveis pela administração direta e indireta e os Conselheiros do Tribunal de Contas para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições; e decretar a indisponibilidade de bens do acusado.
 - (C) proceder às verificações contábeis em livros, papéis e documentos de órgãos da administração direta, indireta e fundacional; e determinar diligência de busca e apreensão em domicílio do investigado.
 - (D) determinar o arresto de bens do investigado e a quebra do seu sigilo bancário; e solicitar ao Prefeito informações sobre assuntos inerentes à administração.
 - (E) tomar depoimento de autoridade municipal, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso, nos termos da Lei; e proceder às verificações contábeis em livros, papéis e documentos de órgãos da administração direta, indireta e fundacional.
27. O Prefeito do Município de São Paulo enviou projeto de lei de sua iniciativa à Câmara de Vereadores e solicitou o seu trâmite em regime de urgência. Considerando o disposto na Lei Orgânica Municipal a respeito da matéria, é correto afirmar que o Poder Legislativo Municipal terá o prazo para deliberação de até
- (A) 45 (quarenta e cinco) dias, que não corre no período de recesso, e após esse prazo o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, até que se ultime a votação.
 - (B) 30 (trinta) dias, que não corre durante o recesso, e após esse prazo o projeto será considerado tacitamente aprovado e deverá ser promulgado pelo Prefeito.
 - (C) 20 (vinte) dias, que não corre no período de recesso, e após esse prazo o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, até que se ultime a votação.
 - (D) 30 (trinta) dias, que não corre no período de recesso, e após esse prazo o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, até que se ultime a votação.
 - (E) 30 (trinta) dias, que corre no período de recesso, e após esse prazo o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, até que se ultime a votação.
28. Herculano, que é servidor da Prefeitura do Município de São Paulo responsável pelo controle interno da Administração, tomou conhecimento de atos considerados irregulares e violadores ao artigo 37 da Constituição Federal. Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município a respeito da matéria, é correto afirmar que Herculano, na hipótese apresentada, deverá
- (A) representar à autoridade competente, dando ciência à Câmara Municipal, sob pena de responsabilidade solidária.
 - (B) mandar instaurar o competente processo administrativo e dar ciência dos fatos ao Ministério Público para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária.
 - (C) dar ciência à autoridade administrativa competente, para as providências administrativas cabíveis, e oficiar à Câmara Municipal, sob pena de responsabilidade subsidiária.
 - (D) representar à autoridade competente, dando ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.
 - (E) mandar instaurar o competente processo administrativo e dar ciência dos fatos ao Ministério Público para as providências cabíveis, sob pena de responder por ato de improbidade.

29. Nos termos do que dispõe a Lei n. 14.141/2006 (Dispõe sobre o processo administrativo na Administração Pública Municipal), é correto afirmar que a competência no processo administrativo, exercida pelo agente público a que foi atribuída como própria, é
- (A) irrenunciável, não admite a avocação temporária e é delegável, inclusive no tocante à edição de atos de caráter normativo e à decisão de recursos administrativos.
 - (B) irrenunciável, admite a avocação temporária e é delegável, mas a delegação é revogável a qualquer tempo pela própria autoridade delegante.
 - (C) irrenunciável, admite a avocação temporária e é delegável nas hipóteses em que as matérias são de sua competência exclusiva.
 - (D) irrenunciável e indelegável, mas admite a avocação, salvo a temporária de competência atribuída a órgão ou autoridade hierarquicamente inferior.
 - (E) renunciável apenas em favor de autoridade hierarquicamente inferior, admite a avocação temporária e a delegação de funções dos órgãos colegiados.
30. Suponha que a Administração pública tomou conhecimento por meio de terceiro que um ato praticado em um processo administrativo foi exarado com vício que o torna ilegal, mas tal ato, fora produzido há quatro anos. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei Municipal n. 14.141.2006, que trata da matéria, é correto afirmar que
- (A) a Administração deverá anular o referido ato, de ofício ao ou por provocação do interessado, ainda que seja passível de convalidação, pois não restou ultrapassado o prazo legal para a invalidação.
 - (B) a Administração poderia anular o ato, de ofício ou a pedido do interessado, seja ele passível ou não de convalidação, mas o prazo de invalidação restou ultrapassado.
 - (C) o ato deverá ser anulado, de ofício ou a pedido do interessado, pois está dentro do prazo de invalidação, o que deverá ser feito apenas se da irregularidade não resultou prejuízos.
 - (D) por estar dentro do prazo legal, o ato deverá ser invalidado, de ofício ou a pedido do interessado, salvo se o ato for passível de convalidação ou se da irregularidade não resultou prejuízo.
 - (E) se o ato não for passível de convalidação e o prazo de invalidação não tiver sido ultrapassado, o ato poderá ser anulado, sendo necessário, contudo, o pedido da parte interessada, não cabendo anulação de ofício.
31. O Prefeito do Município pretende dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública Municipal por meio de decreto. Segundo o que estabelece a Lei Municipal n. 16.974/2018 a respeito da matéria, é correto afirmar que essa espécie normativa poderá ser utilizada pelo Chefe do Poder Executivo na seguinte hipótese:
- (A) para alteração dos requisitos para provimento de empregos públicos.
 - (B) para alteração das referências de remuneração dos cargos públicos.
 - (C) para a criação de órgãos públicos.
 - (D) para a extinção de órgãos públicos.
 - (E) para extinção de funções ou cargos públicos vagos.
32. As entidades da administração indireta do Município de São Paulo deverão observar requisitos de transparência, quando couber, os quais poderão ser incluídos na elaboração e divulgação do Compromisso de Desempenho Institucional - CDI e de seus relatórios de acompanhamento. Nesse sentido, o Decreto Municipal n. 58.093/2018 dispõe que o CDI
- (A) poderá ser dispensado e os requisitos comprovados por meio de relatórios periódicos a cargo da Controladoria Geral do Município.
 - (B) poderá ser dispensado, justificadamente, pela Secretaria Municipal à qual se encontra vinculada, e substituído por outros documentos exigidos pela Procuradoria Geral do Município.
 - (C) poderá ser dispensado, justificadamente, pela Junta Orçamentário-Financeira – JOF em virtude de controle finalístico já exercido pela Secretaria Municipal à qual a entidade se encontra vinculada.
 - (D) poderá ser dispensado, justificadamente, pela Junta Orçamentário-Financeira-JOF se houver controle finalístico já exercido pela Controladoria Geral do Município.
 - (E) não poderá ser dispensado e nem substituído por outros documentos.

- 33.** No tocante ao rastreamento por satélite na utilização dos veículos oficiais, a Lei Municipal n. 17.273/2020 dispõe que esse serviço
- (A) deverá ser utilizado para todos os veículos de propriedade ou a serviço da administração direta, indireta ou autárquica municipal e os dados por ele obtidos, bem como os respectivos relatórios que justifiquem a utilização dos veículos deverão ser disponibilizados no Portal da Transparência da Administração Municipal, salvo os casos de sigilo.
 - (B) deverá ser utilizado para todos os veículos de propriedade ou a serviço da administração direta, indireta ou autárquica municipal, salvo os veículos usados pelo Prefeito e pelo Vice-Prefeito, e os dados por ele obtidos, bem como os respectivos relatórios que justifiquem a utilização dos veículos deverão ser disponibilizados no Portal da Transparência da Administração Municipal, salvo os casos de sigilo.
 - (C) não poderá ser utilizado para os veículos de propriedade ou a serviço da administração municipal, por motivos de segurança, devendo a respectiva autoridade competente da administração direta, indireta ou autárquica municipal efetuar o controle do uso dos veículos oficiais por meio de relatórios mensais a serem disponibilizados no Portal da Transparência da Administração Municipal.
 - (D) deverá ser utilizado para todos os veículos de propriedade ou a serviço da administração direta, indireta ou autárquica municipal, devendo ser registrados na repartição competente os dados por ele obtidos, exceto os nomes do usuário e do motorista, em observância ao princípio da impessoalidade.
 - (E) deverá ser utilizado para os veículos de propriedade ou a serviço da administração, indireta ou autárquica municipal, sendo vedado o uso para os da administração direta, que deverá ter controle separado de uso, para atender exigências do Tribunal de Contas do Estado.
- 34.** Num processo de liquidação e pagamento das despesas provenientes de compras, o fiscal do contrato verificou que a respectiva nota fiscal da empresa contratada não estava em conformidade com o previsto na Portaria SF n. 170/2020 do Município de São Paulo. Nessa situação hipotética, e considerando o disposto na referida portaria, é correto afirmar que
- (A) deverá ser solicitada à contratada o cancelamento ou a substituição da nota fiscal ou documento equivalente e, se a contratada, sem a devida fundamentação legal, não concordar com a substituição da nota fiscal, deverá ser glosado o valor apurado.
 - (B) o fiscal do contrato deverá promover a autuação da irregularidade, aplicando a multa prevista no respectivo contrato e se a contratada não efetuar o seu pagamento, o valor da multa deverá ser deduzido do seu crédito.
 - (C) a nota fiscal deverá ser cancelada pela contratada e a respectiva compra deverá ser devolvida pela administração, aplicando-se a multa contratual prevista para a hipótese.
 - (D) deverá ser dada oportunidade para contratada emitir uma nova nota no prazo de 30 (trinta) dias, e, se a contratada não o fizer e nem justificar o motivo de eventual recusa em fazê-lo, o pagamento deverá ser retido até a sua efetiva regularização.
 - (E) o fiscal do contrato deverá notificar a contratada, para promover a regularização do documento, no prazo de até 30 (trinta) dias, e se a contratada não atender à solicitação fiscal, deverá ser efetuado o cancelamento da compra.
- 35.** A lei Municipal n. 16.703/2017 autoriza o Poder Executivo a outorgar concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos no âmbito do Plano Municipal de Desestatização – PMD. Nesse sentido, no caso das concessões a que se refere a Lei, serão observados, entre outros, os seguintes condicionamentos:
- (A) fica vedada a concessão, entre outros bens públicos, do Mercado Municipal Paulista (Mercadão) e o Complexo de Interlagos, composto pelo Autódromo Municipal José Carlos Pace e pelo Kartódromo Ayrton Senna.
 - (B) será obrigatória a cobrança de ingresso para acesso às áreas abertas e fechadas dos parques públicos.
 - (C) será concedido direito de preferência em igualdade de condições aos atuais permissionários que atuam em mercados e sacolões municipais.
 - (D) será garantida nas praças e parques, com ônus para os organizadores, a realização de manifestações de natureza artística de pequeno porte e não comerciais.
 - (E) não poderá haver vantajosidade econômica em projeto de concessão do sistema de arrecadação das tarifas do Transporte Coletivo Urbano de Passageiros.

36. Considere o diagrama a seguir, que exemplifica uma ferramenta de discussão das causas e efeitos envolvidos em um problema e de construção de soluções. Nele se dispõem, na “cabeça” de uma espinha de peixe, um problema a ser resolvido, e nas “espinhas”, classes de fatores contributivos, permitindo a ramificação das causas e subcausas. Pode também ser utilizado para que sejam construídas coletivamente as ações necessárias para se alcançar um objetivo ou meta específica, colocando-se, nas ramificações primárias, fatores contributivos e subfatores. Na gestão pública ou empresarial, é comum que se utilizem os chamados 6Ms, correspondentes a materiais, equipamentos (“máquinas”), métodos, mão de obra, meio ambiente e medidas.



(Barbosa, E.F. - https://web.archive.org/web/20100705030341/http://www.ufsm.br/ceq/arquivos/fonte_www.lgti.ufsc.br.pdf)

Tal recurso de gerenciamento é denominado diagrama de

- (A) Venn-Euler.
 - (B) Ishikawa.
 - (C) Gauss.
 - (D) Pareto.
 - (E) Gantt.
37. Uma autarquia de um município brasileiro está interessada em compreender as potenciais implicações ambientais e econômico-financeiras de suas práticas de uso de materiais e energia e, a partir daí, obter melhoras tanto ambientais quanto econômico-financeiras mediante mudanças dessas práticas. A ideia é que o processo de identificação, coleta, análise e uso de informações passe a incorporar dois tipos de informação: as físicas, sobre uso, fluxos e destinos de energia, água e materiais – aqui incluídos os resíduos – e as monetárias, sobre custos relacionados ao meio ambiente, ganhos e poupanças. Especificamente, pretende-se adotar uma ferramenta de quantificação dos fluxos de entrada, saída e estoque de materiais baseada na definição de Centros de Quantidades na qual as saídas são mensuradas não simplesmente como produto e resíduo, mas como produto e perda de material. O cálculo dessa perda de material resulta da apropriação de custos de material, energia, de sistema e de gestão de resíduos envolvidos no que convencionalmente se define como resíduo.
- A ferramenta de gestão ambiental descrita é definida em norma aplicável ao tema como
- (A) Selo Azul da Caixa.
 - (B) Gestão Integrada Ambiental, Social e de Governança (ESG).
 - (C) *Balanced Scorecard* (BSC).
 - (D) Contabilidade de Custos de Fluxos de Material (CCFM).
 - (E) Certificação ISO 9001.

38. O orçamento de uma obra foi apresentado empregando tabelas oficiais de preços unitários da Prefeitura de São Paulo. Para cada item de preço unitário da planilha, a quantidade de serviços e obras deverá corresponder ao determinado

- (A) em portaria específica da Secretaria à qual se vincula o órgão licitante.
- (B) nas cláusulas contratuais que detalham os itens de serviço.
- (C) nas especificações técnicas detalhadas constantes do Termo de Referência.
- (D) nos critérios de medição correspondentes à tabela.
- (E) nos critérios de quantificação constantes das normas ABNT correspondentes aos serviços.

39. Para avaliar os custos totais de determinada obra pública, para fins de planejamento preliminar, foi solicitado que se estimem os custos da estrutura em concreto armado, considerando-se usos e cargas previstos, vãos estruturais já definidos e outras soluções típicas de projeto. Deverão ser considerados os seguintes parâmetros: área construída igual a 200 m²; espessura média de concreto armado igual a 15 cm; consumo de fôrmas por metro cúbico de concreto armado igual a 12 m²/m³; taxa de armadura igual a 100 kg/m³. Os preços unitários de serviços adotados para essa estimativa foram: concreto R\$ 500,00/m³, incluído bombeamento; fôrma de madeira R\$100,00/m²; aço R\$ 11,00/kg. Esses preços incluem todas as despesas diretas correspondentes a estes três serviços. O BDI adotado será de 25%, incidente sobre o total das despesas diretas. Nessas condições, o custo total estimado do item estrutura em concreto armado dessa obra será de

- (A) R\$ 100.800,00.
- (B) R\$ 52.500,00.
- (C) R\$ 63.750,00.
- (D) R\$ 84.000,00.
- (E) R\$ 105.000,00.

40. Uma obra pública contratada por órgão da Administração Municipal de São Paulo empregará, em uma licitação de obras, a tabela a seguir, extraída da página da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras de São Paulo, que exibe, em termos de percentuais individuais e cumulativamente, a composição do BDI para obras de galerias, pontes e viadutos, genericamente designadas como Estruturas.

BDI - SEM DESONERAÇÃO		Incidências
Escritório Central	6,88%	1,0688
Lucro Bruto	8,00%	1,1543
IMPOSTOS:		
Cofins	3,00%	
PIS	0,65%	
ISS	3,50%	1,2431
Total BDI - ESTRUTURA		24,31%

Caso, por motivo, por exemplo, de fontes de financiamento, fosse necessário empregar, para a composição do BDI, a metodologia do SINAPI, baseada em Acórdão do TCU, além dos itens que compõem esse quadro, seria necessário indicar expressamente, nessa composição,

- (A) despesa financeira, seguro, garantia e risco.
- (B) encargos sociais, despesa financeira, seguro e garantia.
- (C) máquinas e equipamentos, encargos sociais, seguro, garantia e risco.
- (D) implantação e manutenção de canteiro de obras e despesa financeira.
- (E) implantação e manutenção de canteiro de obras, seguro, garantia e risco.

41. A chamada desoneração da folha de pagamento, mediante redução dos encargos sociais, adotada como medida de ativação da economia, com a intenção de gerar empregos na construção civil, resulta na não exigência, inclusive com efeitos sobre as reincidências de encargos sobre encargos, somente de recolhimentos relativos a

- (A) FGTS.
- (B) INSS.
- (C) INSS e custeio do sistema S.
- (D) FGTS e custeio do sistema S.
- (E) INSS e FGTS.

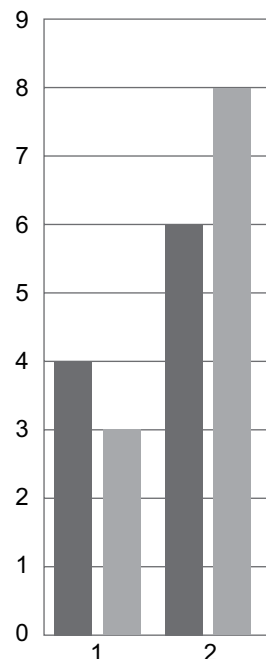
42. Na análise da Curva ABC de uma obra, em uma fase de escolha de métodos executivos, foram identificadas as atividades I, II e III que poderiam ter seu custo total reduzido significativamente mediante alteração de soluções técnicas e alocação de pessoal, que implicariam em aumentos de custos também significativo das atividades IV, V e VI, conforme percentuais indicados na tabela a seguir. Os aumentos provocados seriam independentes entre si, ou seja, cada atividade impacta o item de forma diferente da outra atividade.

Atividade	Impacto da atividade sobre o custo total da obra (%)	Redução proposta nas atividades I, II e III (%)	Impacto da redução proposta sobre outros itens (%)
I	8	20	100 % sobre o custo total de IV e 200% sobre o custo total de VI
II	5	20	100 % sobre o custo total de IV e 100% sobre o custo total de V
III	1	20	20% sobre o custo total de IV e 50% sobre o custo total de VI
IV	0,5	-	-
V	0,5	-	-
VI	0,1	-	-

Considerados somente os dados numéricos apresentados, é correto afirmar que produziria efeito de redução dos custos totais de obra somente a adoção da(s) alteração(ões) proposta(s) na(s) atividade(s):

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I.

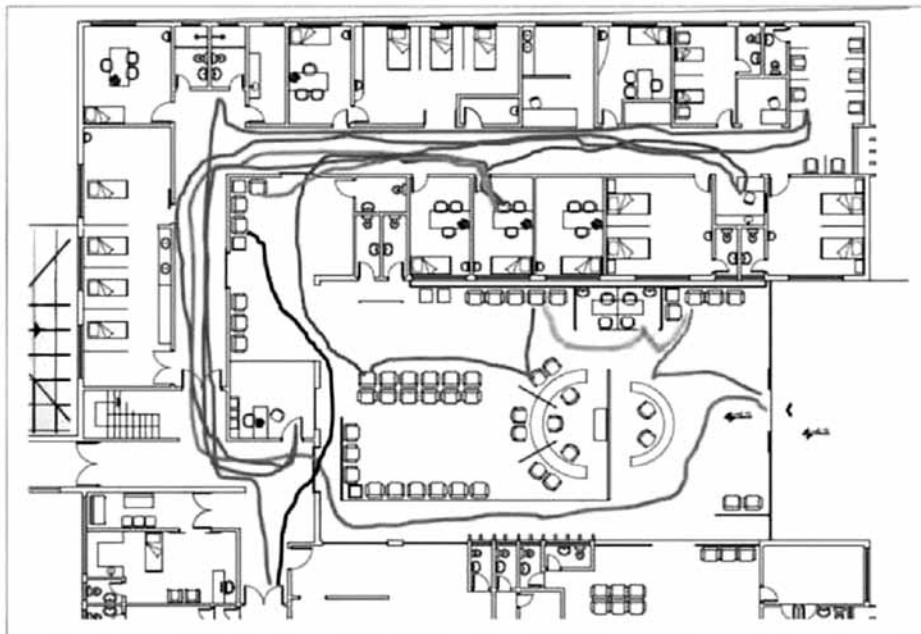
43. Considere a figura a seguir, da qual foram suprimidos alguns elementos. Nela, a ordenada indica o tempo em meses que durou um processo, e a abcissa, um número de pessoas que trabalharam nesse processo, correspondendo duas barras, em diferentes tons de cinza, a duas informações sobre esse número de pessoas.



Trata-se da representação usual de um

- (A) histograma de mão de obra, que indicaria que o número total de pessoas trabalhando foi maior que o previsto no primeiro e no segundo mês e que o total real de comprometimento de mão de obra foi igual ao previsto.
- (B) histograma de mão de obra, que indicaria que o número total de pessoas trabalhando no primeiro mês foi maior que o previsto e, no segundo mês, menor, e que o total real de comprometimento de mão de obra foi igual ao previsto.
- (C) diagrama de Pareto, que indicaria que o número total de pessoas trabalhando no primeiro mês foi maior que o previsto e, no segundo mês, menor, e que o total real de comprometimento de mão de obra foi menor que o previsto.
- (D) diagrama de Pareto, que indicaria que o número total de pessoas trabalhando foi maior que o previsto no primeiro e no segundo mês e que o total real de comprometimento de mão de obra foi igual ao previsto.
- (E) histograma de mão de obra, que indicaria que o número total de pessoas trabalhando no primeiro mês foi maior que o previsto e, no segundo mês, menor, e que o total real de comprometimento de mão de obra foi maior que o previsto.

44. Uma obra pública em um município brasileiro foi paralisada por necessidades de adequação técnica de métodos executivos, pelo período de três meses, sem alteração dos custos totais de execução de serviços e obras e sem necessidade de prolongamento das atividades previstas. Quando de sua retomada, o cronograma de execução, segundo a Lei Federal nº 14.133/2021,
- (A) será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante anotação das circunstâncias da paralisação.
 - (B) sofrerá aditivo contratual de prazo correspondente ao tempo de paralisação.
 - (C) será adequado com vistas à inclusão dos prazos de remobilização de instalações, pessoal e equipamentos, sendo o tempo de paralisação incluído no aditivo de prazo.
 - (D) será adequado com vistas à inclusão dos prazos de remobilização de instalações, pessoal e equipamentos, sendo o tempo de paralisação excluído do aditivo de prazo.
 - (E) será reavaliado de modo que se considerem as repercussões da paralisação sobre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
45. No planejamento da execução de obras, as relações de precedência podem ser adequadamente representadas, dentre as alternativas, por ferramentas como
- (A) redes de Pert/CPM e curvas S.
 - (B) curvas ABC e diagramas de Pareto.
 - (C) curvas ABC e diagramas de Gantt.
 - (D) curvas S e diagramas de Pareto.
 - (E) redes de Pert/CPM e diagramas de Gantt.
46. Para planejar as instalações do canteiro de uma obra pública municipal, o *layout* será analisado considerando-se seus fluxos internos. Inicialmente, será necessário esboçar o processo de movimentação existente (conforme exemplo da imagem a seguir, que mostra a aplicação do método aos fluxos de uma unidade de saúde) e, em seguida, verificar se há melhorias possíveis no fluxo envolvido. Por meio do traçado de linhas, representa-se o caminho de movimento de equipamentos, trabalhadores, materiais, entre outros. É possível utilizar cores diferentes (que na figura aparecem como tons de cinza), de acordo com a classificação escolhida, para vários materiais, trabalhadores ou meios técnicos e rastrear o deslocamento em momentos diferentes. A análise do resultado permite identificar os comprimentos dos movimentos, número de movimentos e sobreposições e cruzamentos de movimentos. Assim, pode-se identificar movimentos ineficientes e áreas ineficazes, eliminar o número de funcionários e fazer alterações na organização do trabalho ou no *layout* do canteiro.



(Faveri (2013), através de AMARAL, C.M. (2020) <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/30759/3/An%C3%A1liseDosFluxos.pdf>)

A ferramenta de planejamento descrita é denominada

- (A) algoritmo de movimentação.
- (B) diagrama unifilar.
- (C) fio de Ariadne.
- (D) diagrama espaguete.
- (E) diagrama multifilar.

47. Uma obra pública foi concluída, em um município brasileiro, tendo sido os serviços executados dentro das especificações técnicas previstas e atendendo aos projetos correspondentes. Proceder-se-ão, agora, (i) à verificação, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, do cumprimento das exigências de caráter técnico, com a elaboração de termo detalhado, e (ii) à verificação, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, do atendimento a exigências contratuais, também com elaboração de termo detalhado. Tais descrições correspondem, correta e respectivamente, às atividades de
- (A) aceitação técnica e aceitação contratual.
 - (B) recebimento provisório e recebimento definitivo.
 - (C) verificação técnica e verificação contratual.
 - (D) verificação e aceitação.
 - (E) aceitação técnica e recebimento de obras.
48. Com base em estudos técnicos preliminares previamente elaborados, uma autarquia municipal brasileira contratará serviços de gerenciamento de um programa de sua iniciativa. Para isso, foi encomendado à área técnica dessa autarquia um documento que deverá descrever os serviços, definindo objeto contratual, sua natureza, os quantitativos e prazos, e descrevendo a solução proposta como um todo, estimar o valor da contratação, fundamentar e justificar a contratação pretendida, com base nos estudos já elaborados, indicar quais serão os critérios de medição e pagamento e forma e critérios de seleção do fornecedor, dentre outras informações. Tal documento corresponde à definição legal (Lei Federal nº 14.133/2021) de
- (A) Portaria Regulamentadora.
 - (B) Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental.
 - (C) Termo de Referência.
 - (D) Contrato.
 - (E) Edital.
49. Uma autarquia pública brasileira contratará serviço técnico não ligado diretamente à sua atividade fim e que, por suas características, irá requerer que os empregados da empresa contratada fiquem à disposição nas dependências da autarquia, para a prestação dos serviços, não sendo a execução dos serviços contratados compatível com o emprego dos mesmos recursos humanos em outros contratos. Por conta disso, o contratado deverá franquear à autarquia contratante acesso a todos os elementos que permitam fiscalizar a distribuição, o controle e a supervisão desses recursos humanos. Segundo a Lei Federal nº 14.133/2021, tal objeto contratual pode ser enquadrado como
- (A) fornecimento terceirizado com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
 - (B) prestação de serviço associado com cláusula de dedicação exclusiva de mão de obra.
 - (C) fornecimento de mão de obra terceirizada com cláusula de dedicação exclusiva.
 - (D) contratação por tarefa, sem fornecimento de materiais, e com cláusula de dedicação exclusiva.
 - (E) serviço contínuo com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
50. A concretagem de uma estrutura em concreto armado com volume de aproximadamente 30 m³ será executada em um só dia, em condições uniformes de aplicação, com concreto usinado com especificação de resistência fck uniforme, utilizando os mesmos procedimentos e equipamentos para bombeamento, lançamento, adensamento etc. Do fornecimento total, será retirado, para moldagem de corpos de prova, um volume para realização de ensaios sobre a conformidade do concreto fornecido, com o objetivo de se obterem informações necessárias para fins de recebimento e de aceitação. Esse volume é denominado
- (A) amostra de concreto.
 - (B) lote de concreto.
 - (C) lote de concretagem.
 - (D) exemplar para ensaio.
 - (E) testemunho de execução.

51. Uma obra pública de infraestrutura, contratada pela Prefeitura de São Paulo em 2023, foi iniciada e já conta com serviços executados correspondentes ao primeiro mês do cronograma físico-financeiro.

Para que seja dado início do processo de medição correspondente a determinado período de obra, a quantificação dos serviços executados, com a respectiva memória de cálculo, é efetuada e apresentada

- (A) pelo fiscal administrativo do contrato.
- (B) pela gerenciadora da obra.
- (C) pela contratada para execução da obra.
- (D) pelo fiscal técnico do contrato.
- (E) pelo gestor do contrato.

52. Em processos de planejamento, a avaliação dos resultados diz respeito tanto (i) à extensão na qual as atividades são realizadas e os resultados planejados, alcançados, quanto (ii) à relação entre o resultado alcançado e os recursos utilizados. Trata-se, respectivamente, de avaliações de

- (A) desempenho e conformidade.
- (B) eficiência e eficácia.
- (C) conformidade e eficiência.
- (D) eficácia e eficiência.
- (E) conformidade e desempenho.

53. A auditoria da qualidade de uma organização encontrou uma não conformidade em um dos produtos de seu processo de trabalho. Conforme preconizado por seu Sistema de Gestão da Qualidade, a organização procedeu, então, à (i) ação para eliminar a não conformidade identificada, (ii) à ação para eliminar a causa da não conformidade identificada e (iii) à ação para eliminar a causa de potenciais não conformidades. Trata-se, respectivamente, de

- (A) ação corretiva, ação preventiva e correção do processo.
- (B) correção, ação corretiva e ação preventiva.
- (C) correção da ação, ação corretiva e correção do processo.
- (D) correção, ação preventiva e ação estrutural.
- (E) ação corretiva, ação preventiva e ação estrutural.

54. Prevê-se que o edital de licitação de uma obra pública, que obriga a contratada a cumprir um conjunto de resultados físicos e de desempenho, adotará o regime de contratação semi-integrada, tendo sido indicada, no processo inicial de discussão dessa contratação, a adoção de cláusula contratual que defina riscos e responsabilidades entre contratante e contratada, caracterize o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato e liste, pelo menos, possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar eventual impacto sobre esse equilíbrio, bem como os métodos executivos, aspectos ou partes da obra com relação aos quais a contratada poderá adotar soluções tecnológicas ou metodológicas inovadoras, em relação ao definido nos projetos que instruem o processo de contratação.

Tal cláusula é denominada

- (A) matriz de riscos, e é facultada para este regime de contratação.
- (B) matriz de responsabilidades, e é facultada para este regime de contratação.
- (C) matriz de responsabilidades, e é obrigatória para este regime de contratação.
- (D) matriz de riscos, e é obrigatória para este regime de contratação.
- (E) análise atuarial, e é facultada para este regime de contratação.

55. A análise de compatibilização de projetos envolve questões de coordenação espacial, que vêm inclusive ganhando destaque com a implantação de sistemas de modelagem da informação da construção (BIM). A normatização técnica aplicável refere-se a diferentes tipos de situação de conflito: (i) situações em que dois ou mais objetos estão ocupando o mesmo espaço, (ii) situações em que um equipamento ocupa o espaço necessário à operação de outro equipamento; ou (iii) situações em que dois ou mais objetos ocupam o mesmo espaço somente em um determinado momento temporal. Tais situações podem ser comparadas, nos termos da normatização técnica, como conflitos

- (A) convencionais (*clearance clashes*), suaves (*soft clashes*) e temporais (*4D clashes*).
- (B) convencionais (*hard clashes*), intermitentes (*blinking clashes*) e temporais (*4D clashes*).
- (C) duros (*hard clashes*), suaves (*clearance clashes*) e temporais (*workflow clashes*).
- (D) propriamente ditos (*hard and clearance clashes*), suaves (*soft clashes*) e intermitentes (*blinking clashes*).
- (E) duros (*hard clashes*), suaves (*soft clashes*) e intermitentes (*blinking clashes*).

56. Para resolver esta questão, serão necessários dados que aparecem na tabela a seguir.

ZEIS	Coeficiente de aproveitamento		
	mínimo	básico	máximo
ZEIS 1	0,5	1	2,5 (a)
ZEIS 2	0,5	1	4
ZEIS 3 (b)	0,5	1	4
ZEIS 4 (c)	NA	1	2
ZEIS 5	0,5	1	4

Nota: as notas (a), (b) e (c) do tabela apresentada não são necessárias para a solução da questão.

(Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - Quadro 03. Coeficientes de aproveitamento em ZEIS)

Um terreno situado em ZEIS 2, no município de São Paulo, fora de perímetro de Operação Urbana e fora de Área de Proteção e Recuperação de Mananciais, sem tombamento ou outra restrição, com área total de 3200,00 m², é utilizado por edificações de uso residencial com área total construída computável igual a 1200,00 m². Esse imóvel, nos termos do Plano Diretor Estratégico do Município e legislação correlata, será considerado

- (A) subutilizado e nele podem ser construídos até 2000 m² adicionais sem necessidade de outorga do direito construir, mais 12800 m² adicionais mediante outorga desse direito.
- (B) não utilizado, e nele podem ser construídos até 3200 m² adicionais sem necessidade de outorga do direito construir, mais 12800 m² adicionais mediante outorga desse direito.
- (C) utilizado cumprindo a função social da propriedade e nele podem ser construídos até 2000 m² adicionais, sem necessidade de outorga do direito construir, e outros 9600 m² poderão ser transferidos como direito de construir para outro imóvel.
- (D) utilizado cumprindo a função social da propriedade e nele podem ser construídos até 3200 m² adicionais sem necessidade de outorga do direito construir, mais 12800 m² adicionais mediante outorga desse direito.
- (E) subutilizado, e nele podem ser construídos até 2000,00 m² adicionais sem necessidade de outorga do direito construir, mais 9600 m² adicionais mediante outorga desse direito.

57. Com relação aos parâmetros de parcelamento do solo, e considerando-se as diferentes modalidades, como o loteamento, o desmembramento, o desdobro e o remembramento, a legislação do município de São Paulo estabelece dimensões de lote

- (A) mínimas e máximas, ambas variando conforme a zona de uso em que se encontra(m) o(s) terreno(s).
- (B) mínimas, somente, diferenciando-se os padrões normal (de mercado), loteamento popular e parcelamento de interesse social (PIS), que são uniformes para todas as zonas de uso em que se encontra(m) o(s) terreno(s).
- (C) mínimas e máximas, ambas variando conforme a zona de uso em que se encontra(m) o(s) terreno(s) e diferenciando-se os padrões normal (de mercado), loteamento popular e parcelamento de interesse social (PIS).
- (D) mínimas, somente, variando conforme a zona de uso em que se encontra(m) o(s) terreno(s) e diferenciando-se os padrões normal (de mercado), loteamento popular e parcelamento de interesse social (PIS).
- (E) mínimas e máximas, uniformes para todas as zonas de uso em que se encontra(m) o(s) terreno(s).

58. Comparando-se soluções de transporte urbano, considerando-se uma mesma capacidade definida em projeto e mesmas condições físicas de implantação, sistemas de veículos leves sobre trilhos (VLT) e sobre pneus (VLP), apresentam maior custo de implantação, maior custo de manutenção e maior flexibilidade na definição de trajetos, respectivamente,

- (A) VLP, VLP e VLP.
- (B) VLT, VLT e VLP.
- (C) VLP, VLT e VLP.
- (D) VLT, VLP e VLP.
- (E) VLT, VLT e VLT.

59. Na bacia de contribuição de um córrego situado no município de São Paulo, verificam-se diferentes situações em termos de conectividade das instalações domiciliares de esgotamento sanitário às redes públicas: domicílios regularmente conectados a redes públicas de esgotamento sanitário, cujos efluentes são regularmente conduzidos a estações de tratamento de esgotos (ETEs); domicílios conectados a redes públicas de esgoto, as quais não estão, porém, conectadas a ETEs (esgotos coletados, porém não encaminhados para tratamento); domicílios cujos esgotos são despejados irregularmente em redes de drenagem de águas pluviais; domicílios não atendidos por redes de esgotamento sanitário, por razões diversas, que se utilizam de fossas, tecnicamente adequadas ou não, ou lançam os esgotos a céu aberto; e cargas decorrentes de poluição difusa, que aflui diretamente à rede de drenagem urbana. Não há, nesta bacia, efluentes de origem industrial ou de atividade econômica específica que requeresse tratamento específico, pelo próprio gerador da poluição.

Nessas condições, soluções de tratamento desses cursos de água, como as implantadas no Córrego Sapateiro, a jusante do Lago do Ibirapuera, em afluentes do reservatório Guarapiranga e, mais recentemente, propostas e em implantação em afluentes do canal do Pinheiros, reduziriam somente as cargas poluentes decorrentes de

- (A) poluição difusa.
- (B) esgotos domiciliares coletados e não coletados, ligações clandestinas de esgoto à rede de drenagem pluvial e as cargas difusas.
- (C) esgotos domiciliares não coletados, ligações clandestinas de esgoto à rede de drenagem pluvial e as cargas difusas.
- (D) esgotos domiciliares coletados e não coletados e ligações clandestinas de esgoto à rede de drenagem pluvial.
- (E) ligações clandestinas de esgoto à rede de drenagem pluvial e as cargas difusas.

60. Uma intervenção pública para a implantação de obras de infraestrutura urbana, no centro expandido da cidade de São Paulo, irá requerer manejo arbóreo, não havendo outras restrições ambientais adicionais. Nesse caso, o licenciamento requerido é de competência

- (A) estadual, da CETESB.
- (B) municipal, da Secretaria das Prefeituras Regionais
- (C) municipal, da Prefeitura Regional na qual se situa a área.
- (D) municipal, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.
- (E) estadual, da Secretaria de Meio Ambiente.

61. A redução de interferências entre a rede elétrica e a arborização urbana, de modo a evitar as chamadas “podas em V” em árvores de maior porte, vem sendo obtida, em maior escala, nas ruas de bairros residenciais mais arborizados do oeste e sudoeste do centro expandido da cidade de São Paulo, por meio de uma solução mais econômica para a concessionária dos serviços de eletricidade, relativamente a outras opções disponíveis.

Tal solução se refere à adoção de redes

- (A) enterradas, com a implantação de galerias técnicas.
- (B) de transmissão sem fio (*wireless*) por indução.
- (C) compactas de distribuição em alta tensão.
- (D) enterradas, com a implantação de valas técnicas.
- (E) rebaixadas, ocupando cotas inferiores do posteamento.

62. Um particular colocou à venda, em uma cidade brasileira, lotes de terra demarcados em arruamento novo, previamente ao registro do parcelamento do solo no Cartório do Registro de Imóveis local. Tal conduta caracteriza, nos termos da Lei Federal nº 6.766/1979,

- (A) crime contra a Administração Pública.
- (B) infração administrativa grave.
- (C) infração administrativa leve.
- (D) procedimento padrão para comercialização.
- (E) contravenção menor.

63. Considere as seguintes definições de direitos, extraídas do Estatuto da Cidade (EC) e do Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo (PDE): (i) o direito sobre o patrimônio ambiental, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, constituído por elementos do sistema ambiental natural e do sistema urbano de forma que estes se organizem equilibradamente para a melhoria da qualidade ambiental e bem-estar humano; (ii) o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. Trata-se, respectivamente, das definições correspondentes ao direito

- (A) ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a cidades sustentáveis, conforme definições do EC, ambas reproduzidas no PDE.
- (B) ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme definição do PDE, e a cidades sustentáveis, conforme o EC.
- (C) a cidades sustentáveis, conforme definição do EC e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme o PDE.
- (D) ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a cidades sustentáveis, conforme definições do EC, sendo apenas a segunda reproduzida no PDE.
- (E) a cidades sustentáveis e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme definições do EC, sendo apenas a primeira reproduzida no PDE.

64. A definição de *deficit* habitacional adotada na formulação de políticas públicas, a partir de documentos oficiais, principalmente no âmbito federal, mas também nos âmbitos dos estados e dos municípios, compreende os componentes

- (A) moradia e infraestrutura.
- (B) renda familiar, condições habitacionais e condições de urbanização.
- (C) moradia e saneamento básico.
- (D) condições de moradia e condições de urbanização.
- (E) habitação precária, coabitação e ônus excessivo com aluguel.

65. Uma edificação de uso que envolve acesso de público, recém-construída em área urbana do município de São Paulo, não atende às normas de acessibilidade em edificações prescritas pela NBR 9050, devendo ser tomadas providências corretivas para sanar o problema.

Do ponto de vista do cumprimento das disposições do Código de Obras e Edificações e da aplicação das sanções correspondentes, são responsáveis pela situação descrita,

- (A) aqueles definidos na legislação federal de acessibilidade.
- (B) empreendedores e o profissional ou profissionais habilitados que subscreve(m) a documentação de licenciamento, obrigando-se, no entanto, o proprietário ou possuidor do imóvel a efetuar as adequações necessárias, a serem cobradas dos responsáveis.
- (C) o proprietário e/ou possuidor do imóvel, sendo as demais relações pertinentes ao campo da responsabilidade civil.
- (D) o profissional ou profissionais habilitados que subscreve(m) a documentação de licenciamento, o proprietário e/ou possuidor do imóvel, solidariamente.
- (E) os empreendedores e o profissional ou profissionais habilitados que subscreve(m) a documentação do licenciamento, os quais deverão ser acionados civilmente pelos proprietários ou possuidores do imóvel.

66. Uma obra pública de infraestrutura em um município brasileiro provocou pequenos danos em uma edificação com significação cultural, tendo o setor da Prefeitura responsável pelo tombamento sido chamado a intervir. Esse setor manifestou-se no sentido de que se efetue uma pequena reconstrução de trecho estruturalmente abalado. Determinou que sejam empregadas, em princípio, as mesmas técnicas de caráter tradicional encontradas no original, considerando realista esta possibilidade e que seja respeitada a substância existente, sem deturpar o testemunho nela presente. Por fim, foram definidas medidas de segurança em relação a futuros efeitos da nova infraestrutura sobre o bem tombado. A Carta de Burra (1980) define este conjunto de providências como providências de

- (A) manutenção.
- (B) reconstituição.
- (C) conservação.
- (D) proteção.
- (E) segurança.

67. As escavações para implantação de uma galeria de águas pluviais e um reservatório de contenção de cheias em um fundo de vale na cidade de São Paulo encontrou vestígios de um depósito de resíduos datado provavelmente do século XVIII, com provável valor arqueológico. Por essas características do material encontrado e pelas características da obra e do local, segundo a Carta de Burra e considerando a boa técnica, é correto, dentre as alternativas a seguir:

- (A) criar poços de visita ao sítio, para prosseguimento dos trabalhos arqueológicos após a obra concluída.
- (B) ignorar o achado, por não haver certeza quanto ao valor arqueológico.
- (C) cancelar a obra em definitivo, para garantir que não haja interferência com o perímetro de proteção do sítio, já que se trata de um fundo de vale..
- (D) na hipótese de ser a intervenção inevitável, remover os elementos encontrados, empregando pessoal especializado.
- (E) manter os elementos no local, mesmo que venham a ser tornados inacessíveis pela obra.

68. Na definição da Carta de Veneza, de 1964, as “criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico” são englobadas por um conceito, aplicável “quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo”, de
- (A) monumento histórico.
 - (B) herança cultural.
 - (C) patrimônio cultural.
 - (D) patrimônio histórico.
 - (E) patrimônio material.
69. Um órgão público de um município brasileiro adquiriu um imóvel tombado para nele instalar sua sede e pretende introduzir pequenas modificações na edificação existente, dentro do que se considerou estritamente necessário para a implantação desse novo uso. Tal proposta será avaliada pelos órgãos de patrimônio, segundo a legislação aplicável e o conhecimento acumulado, utilizando-se, dentre outros documentos, as chamadas cartas patrimoniais. Segundo a Carta de Veneza (1964), (i) o novo uso da edificação e (ii) as modificações pretendidas:
- (A) (i) é desejável e (ii) são admitidas, desde que não se altere a disposição ou a decoração do edifício.
 - (B) (i) é desejável e (ii) são admitidas, desde que executadas em linguagem e com materiais contemporâneos e contrastando fortemente com a volumetria do edifício original.
 - (C) (i) é visto como mal menor, devendo ser evitado e preservado o uso original e (ii) são admitidas, desde que não se altere a disposição ou a decoração do edifício.
 - (D) (i) é visto como mal menor, devendo ser evitado e preservado o uso original e (ii) são admitidas, desde que executada em linguagem e com materiais contemporâneos e contrastando fortemente com a volumetria do edifício original.
 - (E) (i) é condenado, não sendo incluído nas melhores práticas e (ii) não são admitidas.
70. O 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos elaborou a Carta de Petrópolis, de 1987, tratando da noção de Sítio Histórico Urbano (SHU) em um sentido operacional, de “área crítica”, e não por oposição a espaços não históricos, já que a cidade como um todo é um organismo histórico. Com relação aos usos e à reapropriação desses sítios, que muito frequentemente constituem o Centro Histórico de uma cidade, a Carta preconiza a
- (A) renovação de usos, de modo a ressignificar o sítio histórico e criar um círculo virtuoso de preservação e geração de renda.
 - (B) renovação de usos, em diálogo com os usos característicos do período histórico do qual o conjunto edificado é testemunho, sem anacronismos.
 - (C) recuperação dos usos característicos do período histórico do qual o conjunto edificado é testemunho, de modo a maximizar a importância cultural da preservação.
 - (D) polifuncionalidade, priorizando-se o uso das edificações de interesse por equipamentos culturais e outros, de localização central, que gerem sustentabilidade para a preservação.
 - (E) polifuncionalidade, com atenção especial à moradia e à permanência das populações residentes e atividades tradicionais, compatíveis com a ambiência do SHU.
71. De uma visão que equivalia, nos anos de 1930, a manter um legado de arquitetura monumental, que já era vista com desconfiança e como uma prática associada ao emprego de “estilos passados” em intervenções novas, evoluiu-se, ao longo do século XX, para a “gestão prática” do patrimônio – um conjunto de ações que constituem o que, atualmente, se denomina “processo de patrimonialização”, o qual tem início com a atribuição de valor a determinados objetos, construtos, obras da natureza, paisagens, saberes e práticas e se completa com ações que visam mantê-los ou dar-lhes continuidade. Assim, pode ser definido, na visão contemporânea do IPHAN, o conceito de
- (A) restauração.
 - (B) preservação.
 - (C) conservação.
 - (D) recuperação.
 - (E) manutenção.

72. Todo patrimônio etnográfico material pode também ser considerado em sua dimensão imaterial: a indivisibilidade do patrimônio cultural faz com que a distinção entre o material e o imaterial no patrimônio etnográfico seja uma classificação mais de ordem administrativa, dentro do IPHAN e, de forma geral, dentro de órgãos de preservação em outros entes federativos. Em consequência, o instrumento de preservação a ser empregado corresponderá à dimensão que se deseja enfatizar no ato de preservação do bem cultural. A ênfase (i) na dimensão material, conforme previsto já no Decreto-Lei nº 25/37 ou (ii) na dimensão imaterial, nos termos do Decreto nº 57.439/2011, corresponderá, correta e respectivamente, ao emprego do instrumento de proteção

- (A) inscrição em um Livro do Registro e arquivamento de registros audiovisuais.
- (B) arquivamento de registros audiovisuais e tombamento.
- (C) tombamento e inscrição em um Livro do Registro.
- (D) inscrição em um Livro do Registro e tombamento.
- (E) tombamento e arquivamento de registros audiovisuais.

73. Com relação ao papel da iniciativa privada no financiamento da cultura, o texto constitucional, em especial o art. nº 216 da Constituição Federal,

- (A) é pouco específico, referindo-se ao papel da sociedade e dos agentes privados atuantes na área cultural e genericamente a “incentivos”, ficando as questões ligadas a patrocínio, por exemplo, a cargo da legislação ordinária.
- (B) tipifica as principais formas de patrocínio e remete à legislação ordinária a definição das obrigações básicas dos agentes públicos e privados atuantes na área cultural, bem como as normas de funcionamento do financiamento privado de atividades culturais.
- (C) estabelece as normas gerais de funcionamento do financiamento privado de atividades culturais, tipifica as principais formas de patrocínio e as obrigações básicas dos agentes públicos e privados atuantes na área e remete sua regulamentação à lei ordinária.
- (D) estabelece as normas gerais de funcionamento do financiamento privado de atividades culturais, tipifica as principais formas de patrocínio e remete a definição das obrigações básicas dos agentes públicos e privados atuantes na área, bem como sua regulamentação, à lei ordinária.
- (E) tipifica as principais formas de patrocínio e as obrigações básicas dos agentes públicos e privados atuantes na área cultural, remetendo as normas de funcionamento do financiamento privado de atividades culturais à legislação ordinária.

74. O instituto do tombamento

- (A) remonta ao Segundo Império, quando D. Pedro II preocupava-se em estabelecer uma noção de herança cultural nacional como fundamento do Poder Imperial.
- (B) foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25/1937 e ampliado pela Constituição Federal de 1988.
- (C) foi determinado na Constituição de 1891, no quadro da construção das instituições republicanas e da estruturação de uma moderna burocracia.
- (D) foi criado em 1922, no quadro das ações em torno do Centenário da Independência, tendo sido incorporado à Constituição de 1934 e, posteriormente, sido regulamentado pelo Decreto-lei nº 25/1937.
- (E) é herança colonial, remontando sua origem à adoção das Ordenações Filipinas, no período de união entre as coroas portuguesa e espanhola.

75. Um imóvel situado no município de São Paulo, e que constitui bem patrimonial do Estado de São Paulo, encontra-se subutilizado e correndo risco de deterioração, tendo o Governo do Estado, por conta disso, cogitado sua alienação. A transferência do imóvel em casos como esse, somente pode ocorrer

- (A) mediante leilão, com ampla competição, assegurada aos demais entes federativos a preferência na aquisição, em iguais condições, e devendo o tombamento ser inscrito previamente na matrícula do imóvel.
- (B) entre entes federativos, União, estados e municípios, ou mediante leilão, estabelecendo-se, sob pena de multa, obrigação do adquirente privado de inscrever o tombamento na matrícula do imóvel.
- (C) mediante leilão, concessão ou permissão de uso, assegurada aos demais entes federativos a preferência na aquisição, em iguais condições, e devendo o tombamento ser inscrito previamente na matrícula do imóvel.
- (D) entre entes federativos, União, estados e municípios.
- (E) mediante leilão, com ampla competição entre agentes públicos e privados, estabelecendo-se, sob pena de multa, obrigação do adquirente de inscrever o tombamento na matrícula do imóvel.

76. Um imóvel tombado, em um município brasileiro, apresenta área construída de 300 m² e está implantado em terreno com área de 2000 m² e está situado em zona de uso que, segundo a legislação municipal, apresenta coeficiente de aproveitamento básico igual a 1,0 e máximo igual a 2,5. Um instrumento de compensação pelo tombamento e incentivo à preservação, previsto no Estatuto da Cidade e que pode ser incorporado ao Plano Diretor dos municípios brasileiros, que permitiria, então, na forma da lei municipal, a utilização do direito de construir, correspondente ao direito de propriedade do terreno, em imóvel do mesmo proprietário, ou comercialização, correspondente ao valor de
- (A) 1700 m², por meio da outorga onerosa do direito de construir.
 - (B) 2000 m², por meio da outorga onerosa do direito de construir.
 - (C) 4700 m², por meio da outorga onerosa do direito de construir.
 - (D) 4700 m², por meio da transferência do direito de construir.
 - (E) 1700 m², por meio da transferência do direito de construir.
77. De acordo com o Decreto Estadual nº 13.426/1979, os representantes (i) da Secretaria da Cultura e (ii) das entidades que têm assento no CONDEPHAAT e (iii) o Presidente do Colegiado são respectivamente:
- (A) (i) e (ii) designados pelo Governador do Estado e (iii) escolhido a partir de lista tríplice.
 - (B) (i) designados pelo Secretário da Cultura, (ii) eleitos internamente pelas respectivas entidades e (iii) eleito pelo plenário do Conselho.
 - (C) (i) designados pelo Governador do Estado, (ii) eleitos internamente pelas respectivas entidades e (iii) eleito pelo plenário do Conselho.
 - (D) (i) e (ii) designados pelo Governador do Estado e (iii) eleito pelo plenário do Conselho.
 - (E) (i) designados pelo Secretário da Cultura, (ii) eleitos internamente pelas respectivas entidades e (iii) designado pelo Governador do Estado, a partir de lista dos três nomes mais votados pelo plenário do Conselho.
78. Em linha com a redação do Decreto Estadual nº 48.137/2003, que alterou dispositivos da legislação estadual sobre tombamento, no entorno de determinado bem imóvel tombado pelo CONDEPHAAT está delimitada uma área sujeita a restrições de ocupação e de uso, quando estes se revelarem aptos a prejudicar a qualidade ambiental do bem tombado. Essa área é denominada
- (A) área de amortecimento.
 - (B) área de restrição.
 - (C) zona de restrição.
 - (D) área envoltória.
 - (E) zona de amortecimento.
79. De acordo com a Lei Estadual nº 10.774/ 2001, intervenções irregulares em um bem cultural protegido (i) removíveis sem a necessidade de restauro do bem; (ii) reversíveis mediante restauro, sem desfiguração definitiva do bem e (iii) que importem em irreversível desfiguração ou destruição do bem são consideradas, para fins de autuação:
- (A) (i) irregularidade passível de advertência e infrações (ii) graves e (iii) gravíssimas.
 - (B) infrações (i) leves, (ii) médias e (iii) graves.
 - (C) (i) irregularidade passível de advertência e infrações (ii) leves e (iii) graves.
 - (D) infrações (i) leves, (ii) graves e (iii) gravíssimas.
 - (E) infrações (i) médias, (ii) graves e (iii) gravíssimas.
80. Um imóvel tombado pelo CONDEPHAAT necessita intervenções de manutenção e reparos, os quais serão objeto de requerimento dirigido àquele órgão. A deliberação motivada, quanto a esse requerimento, e o estabelecimento das condições e dos limites à intervenção proposta caberão
- (A) ao Secretário ou Secretária da Cultura.
 - (B) ao Técnico responsável pela análise do pedido.
 - (C) à Chefia de Gabinete da Secretaria da Cultura.
 - (D) à Presidência do Conselho.
 - (E) ao Conselho Deliberativo.

